

# O mal estar da democracia

Fernando Luís Schüler \*

## *Resumo*

O artigo argumenta que vivemos uma época de mal estar na democracia. Há casos evidentes de autocratização e ruptura democrática, no plano global, em países tão díspares como a Rússia e a Venezuela, mas é preciso algum cuidado ao se generalizar a ideia de que a democracia, como tal, vive uma crise, em nossas sociedades abertas e liberais. A tese de que a democracia pode se autodestruir desde o interior de suas instituições, preservando o mecanismo eleitoral e o aspecto formal das instituições, funciona em muitos casos, mas apresenta um risco: a confusão entre o gesto divergente e o gesto autoritário. O exercício da subjetivação analítica com base no viés político. É o que mostra a análise, ainda que resumida, de indicadores globais sobre a qualidade da democracia. O artigo termina buscando compreender o mal estar da democracia atual a partir do impacto nela provocado pela revolução tecnológica.

## *Abstract*

The article argues that we have come a time of malaise in democracy. There are obvious cases of autocratization and democratic rupture at the global level in countries as distinct as Russia and Venezuela, but some caution is needed in the generalization of the idea that democracy as such is experiencing a crisis in our open and liberal societies. The thesis that democracy can self-destruct from inside its institutions, preserving the electoral mechanism and the formal aspect of institutions, works in many cases, but it poses a risk: the confusion between the divergent gesture and the authoritarian gesture. The exercise of subjective interpretations based on political bias, potentially undermining political analysis. This is shown by the analysis, even if summarized, of global indicators on the quality of

---

\* Doutor em Filosofia (UFRGS), Mestre em Ciências Políticas (UFRGS), e professor do Insper.

democracy. The article ends up trying to understand the malaise of contemporary democracy considering the impact of the technological revolution.

Em 2006, o escritor norte-americano e antigo estrategista republicano, Kevin Phillips, lançou um alerta sobre o estado da democracia americana, em seu livro *American Theocracy*, que rapidamente tornou-se um best-seller. No livro, Phillips alertava sobre o declínio do sistema político americano, marcado pela renúncia a valores universalistas, o poder do dinheiro e, em particular, pelo ameaça representada pelo obscurantismo religioso no mundo da política. Ele dizia se tratar de fenômenos que

deformaram o Partido Republicano e sua coalizão eleitoral, silenciaram vozes democratas e se tornaram uma ameaça crescente ao futuro dos EUA. Nenhum poder mundial líder na memória moderna tornou-se prisioneiro do tipo de infalibilidade bíblica que descarta o conhecimento e a ciência. O último paralelo foi no início do século 17, quando o papado, com o acordo da Espanha inquisitorial, enquadrou Galileu por dizer que o Sol, não a Terra, era o centro do nosso sistema solar (Phillips, 2006, XV).

O tom pessimista da análise relativamente ao estado da democracia americana eram relativamente comuns, década e meia atrás. Estávamos em meio à administração de Georges W. Bush, os Estados Unidos viviam o período pós-11 de setembro, a guerra contra o terror, bem como os conflitos subjacentes à controversa invasão do Iraque.

Os temores de Phillips, ao final, se tornaram um tanto sem sentido. Dois anos após o lançamento de seu livro, os Estados Unidos elegeriam um presidente negro, campeão dos direitos civis, que encerraria a guerra do Iraque, poria fim à guerra contra o terror, apostaria no multilateralismo e recolocaria os Estados Unidos como país líder da democracia, em escala global.

Oito anos depois, a bússola da política norte-americana faria novamente seu giro. Em uma campanha surpreendente, que fez quebrar o recorde histórico de participação popular nas primárias republicanas, um candidato anti-establishment, midiático, avesso ao politicamente correto, com retórica de traço populista, venceria as eleições presidenciais, em 2016.

A eleição de Trump rapidamente se transforma em ponto de mutação nas visões sobre a democracia contemporânea, para parte significativa das ciências políticas. Análises prudentes sobre os impasses da democracia, particularmente após à crise econômica de 2008, rapidamente alcançariam um tom dramático. David Runciman abre seu elegante *How Democracy Ends* dizendo que “qualquer processo que leva a um resultado ridículo como este deve ter falhado gravemente ao longo do caminho”; Yascha Mounk chamou a eleição de a “mais chocante manifestação da crise da democracia”; Steven Levitsky e Daniel Ziblatt elencam quatro critérios para definir se uma democracia está em risco. Nenhum candidato majoritário, no último século teria preenchido nenhum desses critérios (exceção feita a Nixon). Trump corresponderia a todos: não teria compromissos com a regra democrática; toleraria violência e ameaçaria direitos civis e a mídia e negaria a legitimidade dos oponentes.

Chama a atenção o último critério. É precisamente o que Levitsky e Ziblatt parecem fazer, com alguma sofisticação, em relação a Trump. Ele é fundamentalmente um personagem bizarro, espécie de erro de percurso a ameaçar a democracia americana. Que tenha expressado a vontade da maioria, conquistado legitimamente a maioria partidária, aportado questões tomadas como relevante para a sociedade americana, seguido as regras do jogo, surgem como um pormenor. Um certo juízo circular parece organizar o raciocínio: Trump é um personagem grotesco, um problema para a democracia, logo sua eleição é um risco para a democracia. Perde-se a distância, o saudável compromisso das ciências sociais com o entendimento do “outro” e o cultivo de algum ceticismo em relação às próprias certezas. Há um certo público a ser atingido, e este público não parece estar muito preocupado com prudência e autocensura, em uma sociedade polarizada, da qual nem mesmo a academia parece escapar.

Há, quem sabe, um elemento mais sutil aí, para além das inclinações políticas previsíveis de boa parte do *mainstream* acadêmico. Ele sugere a ideia da democracia como um processo contínuo de evolução, afirmando progressivamente uma cultura de

tolerância, cosmopolitismo, tendência à moderação, à estabilidade institucional e ao esclarecimento dos eleitores. De fato, a democracia não é assim. Como observou o então presidente Barack Obama, em um inspirado discurso no dia seguinte à vitória de Donald Trump, a história da democracia é feita de idas e vindas, avanços e recuos, e no fim das contas não há uma razão externa ao jogo democrático, ele mesmo, para mostrar que possui as respostas corretas a todas às pequenas e grandes questões, respeitando-se as regras do jogo. Obama é um democrata, recusa a compreensão da política a partir da lógica amigo-inimigo, e incorpora uma antiga lição do pensamento político moderno: a ideia da experiência moderna como um longo, e por certo não linear, processo de afirmação de direitos e aperfeiçoamento das instituições. Processo aberto, do qual ninguém detém a última palavra. Espaço de vitórias e derrotas cotidianas, mas no qual todos tendem a ganhar, no longo prazo.

Kant marcou esta ideia no final do século XVIII, uma época seguramente mais difícil do que a nossa, em sua *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, observando que a natureza “necessita de uma série talvez indefinida de gerações que transmitam umas às outras as suas luzes”. Weber o fez, em sua *Política como Vocação*, definindo o Estadista como aquele que foge à paixão dos dias e percebe a política como o “poderoso e lento perfurar de tábuas duras”. Steven Pinker e Deirdre McCloskey<sup>1</sup>, na mesma direção, mas dispondo de ampla base factual, demonstraram o lento, irregular mas seguro avanço de nossas instituições políticas, condições materiais de vida e de nossas sociedades de direitos, na época contemporânea.

Vai aqui, quem sabe, um problema de percepção. Pode-se enfatizar a assimetria de poder, no plano global, entre homens e mulheres, ou prestar atenção na progressão deste estado de coisas, em nossa história recente. Faz diferença, afinal de contas, observar a história como imagem fixa ou em movimento. O Congressional Research Service, órgão do Congresso Americano, mostra que a representação feminina, em suas duas casas, vem crescendo consistentemente, eleição a eleição, tendo quebrado um recorde histórico no pleito de 2018<sup>2</sup>, com a eleição de 115 congressistas mulheres (contra um recorde anterior de 108 representantes). Os dados mostram, igualmente, o crescimento da representação de mulheres negras e latinas, bem como um contínuo avanço da representação de

---

<sup>1</sup> De Steven Pinker e Deirdre McCloskey, respectivamente, *The Better Angels of our Nature, Enlightenment Now* e *Bourgeois Equality*.

<sup>2</sup> <https://fas.org/sgp/crs/misc/R43244.pdf>

mulheres nos parlamentos estaduais. Levantamento do PEW Research Center registra tendência similar, em escala global<sup>3</sup>. O mesmo ocorre com o processo afirmativo de direitos LGBT. Menos de dez anos após o alertar sobre a teocratização da esfera pública americana, a Suprema Corte, em junho de 2015, tornaria legal o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em todo o País. No plano global, o mesmo movimento, lento, irregular, mas seguro na direção de uma gradativa afirmação dos direitos ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, como mostrou estudo recente do Council on Foreign Relations<sup>4</sup>.

É assim com a democracia, no plano global. A The Economist Intelligence Unit, em seu relatório anual, registra que, após três anos apresentando sinais de declínio, a democracia vive um período de estabilização<sup>5</sup>. Em 2018, 42 países experimentaram algum declínio, contra 89, em 2017. 48 melhoraram, segundo o relatório, a qualidade de sua vida democrática. Indicadores dificilmente irão capturar a complexidade do fenômeno democrático contemporâneo e muito frequentemente terminam, eles mesmos, contaminados pelo ativismo polarizado que marca a democracia atual.

O presente ensaio sugere certa prudência neste plano de análise. Há, no mundo atual casos evidentes de autocratização. Há, por outro lado, um risco ao se projetar esta mesma percepção quanto a processos de autocratização no juízo que se faz das transformações das democracias liberais contemporâneas. Comparações grosseiras, como as analogias entre o Brasil ou os Estados Unidos de hoje com a Alemanha dos anos trinta, o Peru de Fujimori, ou o Chile de Allende, são apenas sintomas da contaminação ideológica. Comparações internacionais são um campo fértil à imaginação. Não deveriam. A melhor atitude seria a prudência analítica, mas não é isto que parece pautar muitas das análises sobre a democracia atual.

Observe-se o caso do relatório V-dem 2018, produzido pelo abrangente e meritório Varieties of Democracy. Ele sugere a existência de um processo crescente de “autocratização” da democracia:

---

<sup>3</sup> <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/03/18/the-share-of-women-in-legislatures-around-the-world-is-growing-but-they-are-still-underrepresented/>

<sup>4</sup> <https://www.cfr.org/backgrounders/same-sex-marriage-global-comparisons>

<sup>5</sup> <https://www.economist.com/graphic-detail/2019/01/08/the-retreat-of-global-democracy-stopped-in-2018>

No *Democracy Report 2018*, descobrimos que os níveis globais de democracia ainda estão perto de uma alta de todos os tempos. No entanto, embora aspectos eleitorais da democracia melhoraram em muitos países nos últimos anos, liberdade de expressão, mídia e sociedade civil estão sob ameaça em outras partes do mundo. O relatório identifica tendências preocupantes em vários países importantes, como Brasil, Índia, Polônia, Rússia, Turquia e Estados Unidos<sup>6</sup>.

O Brasil é apresentado como tendo sofrido o mais acentuado declínio democrático, no dois anos anteriores a 2018<sup>7</sup>. Mesmo com este resultado, nenhuma evidência efetiva ou argumentação de alguma forma organizada são apresentadas para explicar como o relatório chegou a esta conclusão. O Brasil viveu, no biênio em questão, um dos maiores movimentos democráticos de sua história recente, em um processo que resultou no impeachment da Presidente Dilma Rousseff<sup>8</sup>. O processo seguiu o rito chancelado pelo Supremo Tribunal Federal, tendo sido presidido pelo próprio presidente da corte constitucional brasileira. Em 2016, o País atravessou um processo eleitoral, no âmbito municipal, na mais absoluta normalidade. No Congresso Nacional, aprovou-se um conjunto significativo de reformas<sup>9</sup>. É previsível que pesquisadores e intelectuais tenham visões distintas sobre o mérito da decisão tomada pelo Congresso Brasileiro, no processo de impeachment, e sobre aspectos gerais da política brasileira, neste período. É possível que eles tenham razão, ou que a razão esteja com quem pensa de outro modo. Algo bastante diferente é sugerir que o processo, enquanto tal, seja uma expressão tangível do declínio da democracia brasileira.

Vai aqui um elemento comum à retórica sobre a crise da democracia atual: a atribuição de um elemento antidemocrático a decisões políticas das quais eventualmente se discorda, a partir de certo viés, raramente explicitado. Lógica que é, ela mesma,

---

<sup>6</sup> [https://www.v-dem.net/media/filer\\_public/3f/19/3f19efc9-e25f-4356-b159-b5c0ec894115/v-dem\\_democracy\\_report\\_2018.pdf](https://www.v-dem.net/media/filer_public/3f/19/3f19efc9-e25f-4356-b159-b5c0ec894115/v-dem_democracy_report_2018.pdf)

<sup>7</sup> Declínio de 0,19 no Liberal Democracy Index - LDI (V-DEM 2017, p. 21).

<sup>8</sup> Em um de seus relatórios semanais, V-dem explica que “depois de uma turbulenta campanha eleitoral, o governo Dilma Rousseff tornou-se cada vez mais envolvido em uma rede de denúncias de corrupção e intrigas, resultando em seu impeachment em 2016” (<https://www.v-dem.net/en/news/criticism-judiciary-system-brazil/>). Omite-se o essencial: as razões do impeachment são relativas ao cometimento de crime de responsabilidade por descumprimento de legislação orçamentária, e expressam a vigilância do Congresso e sua capacidade de responsabilizar o executivo.

<sup>9</sup> Introdução da cláusula de barreira, proibição de coligações em eleições proporcionais, reforma da legislação trabalhista, Emenda à Constituição fixando um teto constitucional para a expansão da despesa pública, entre outras medidas de caráter estrutural.

estranha à democracia, que se define precisamente pelo respeito à alternância e a aceitação da legitimidade política do divergente.

Lógica semelhante é adotada no V-Dem 2018 quando fundamenta suas razões para o declínio da democracia norte-americana, no mesmo período<sup>10</sup>. O relatório aponta que

o retrocesso é encontrado principalmente no componente liberal da democracia. Medidas de supervisão efetiva e uso do poder do legislativo para investigar o executivo, a fiscalização do partido da oposição, a *compliance* com o judiciário e o respeito pela constituição declinou (...). Ao mesmo tempo, também registramos algumas mudanças na equidade geral das eleições, liberdade de discussão, e o arco de perspectivas políticas na mídia.

Isso inclui a capacidade dos partidos de oposição para exercer atividades de supervisão e investigação, bem como a probabilidade de que o Congresso ou outro órgão investigue o executivo e decida desfavoravelmente uma vez constatadas atividades inconstitucionais. Aqui, a alegada incapacidade do Congresso de fiscalizar e eventualmente responsabilizar o executivo, sob o mandato de Trump, é apontada como sinal de fragilidade da democracia. No Brasil, porém, quando o Congresso mostrou precisamente esta capacidade, em 2016, ela não foi, ao que tudo indica, apontada como indicativo da força da democracia, cuja qualidade teria declinado.

O relatório diz que “nos Estados Unidos, são principalmente as restrições legislativas no executivo que se enfraqueceram significativamente, assim como a qualidade da reflexão (*reasoning*) pública”. Seria interessante perguntar qual o significado e quais indicadores usados para mensurar algo como a “qualidade da reflexão pública”, ou em que sentido os Estados Unidos, sob a égide da Primeira Emenda, carecem de “liberdade de discussão” ou ainda “falta de confiança na mídia”. De que ponto de vista, exatamente, alguém poderia julgar a qualidade do debate ou a liberdade de discutir os mais diferentes temas em uma grande democracia? Uma solução, quem sabe, seria explicitar os critérios e dados empíricos utilizados na análise. Caso não existam, explicitar que se trata de uma “percepção sobre a qualidade do debate público”. Neste caso, seria

---

<sup>10</sup> Declínio de 0,12 no Liberal Democracy Index - LDI (V-DEM 2017, p. 21).

apropriado explicitar a fonte da percepção: a visão dos autores, uma amostragem feita entre professores de ciências políticas, do público em geral. Algo que possa razoavelmente ser tomado como um indicador, e não meramente um exercício de opinião.

O relatório menciona ações do Presidente Trump que exemplificariam os riscos de autocratização da democracia americana:

1. proibições de imigração legalmente questionáveis
2. ordens executivas para reter dinheiro federal de cidades-santuário
3. expandindo o escopo do perdão presidencial
4. diplomacia pelas mídias sociais
5. potenciais violações da Cláusula do Emolumento

Chama a atenção, na lista apresentada, a inclusão de eventuais decisões de governo e opções de políticas públicas (sujeitas ao crivo institucional do sistema de freios e contrapesos da democracia americana e, por óbvio, ao dissenso da opinião pública) como sinais de debilidade democrática. É legítimo divergir das visões de Trump sobre a imigração ilegal, nos Estados Unidos, sobre a construção do muro, na fronteira com o México, ou temas afins. Eles foram objeto da campanha eleitoral e a sociedade americana manifestou suas posições. Da mesma forma, é legítimo considerar que o Presidente deveria utilizar menos, ou de um jeito diferente (talvez como o fez Barack Obama), sua conta no Twitter. Algo inteiramente distinto é considerar que coisas desse tipo sejam sinais de debilidade democrática.

O experiente analista e escritor Janan Ganesh capturou com precisão este olhar mais amplo sobre o significado da democracia. Sobre algumas das ações do Presidente norte-americano, mencionadas pelo V-Dem 2018, Ganesh observa que

sem dúvida, o Sr. Trump ainda erra - no tema das tarifas, no seu estilo de homem forte - mas estas são escolhas políticas dentro dos direitos de um presidente. Quando ele se distancia desses direitos, entra em cena um conjunto de juízes, legisladores e investigadores<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> <https://www.ft.com/content/8522481a-fdf4-11e8-ac00-57a2a826423e>

Ganesh expressa de modo simples uma percepção mais complexa da democracia, que escapa a quem, apressadamente, toma, pelo valor de face, atos de fala, erros, diferenças de estilo no comando ou simplesmente visões distintas sobre políticas públicas, como sinais de debilidade democrática. A força da democracia está longe de se definir pelas intenções, iniciativas ou retórica do chefe de governo, mas envolve a capacidade de resposta de uma rede bastante complexa de instituições. Instituições formais, integrando o sistema de freios e contrapesos, e instituições informais, envolvendo as redes de organizações civis, a imprensa profissional e a opinião pública difusa nas redes sociais. Ela se mostra na força das instituições de fazer frente ao erro ou à ação eventualmente arbitrária por parte dos agentes públicos, e sua capacidade de filtrar e moderar posições políticas.

É precisamente disso que trata uma “potencial violação da cláusula de emolumentos”. Há um processo em curso, na justiça americana, que decidirá se há alguma violação da referida cláusula, visto que delegações estrangeiras se hospedam no Trump International Hotel, DC. Mesmo que se trate de transações comerciais regulares e que Trump tenha decidido doar para o tesouro americano o lucro auferido com a hospedagem de delegações de governos estrangeiros, o processo foi aceito pelo juiz encarregado, e segue sua tramitação normal na justiça americana. O processo mostra que há um judiciário independente, nos Estados Unidos, e que há, por parte das instituições, um ativo zelo pela Constituição. Caso Trump seja considerado culpado, sofrerá as consequências previstas em lei. Em que sentido um caso como este poderia ser tomado como ameaçando a democracia americana?

O que se observa, neste tipo de narrativa, é como um parte substancial daquilo que se apresenta como investigação baseada em evidências frequentemente não passa de um exercício mais ou menos criativo de subjetivações. Elementos dispersos da realidade são organizados, segundo a orientação política e intelectual que orienta a análise, e apresentados como retrato objetivo, baseado em dados empíricos e na visão de especialistas, sobre o estado da democracia.

Nos anos recentes, este tipo de procedimento analítico ganhou espaço, na literatura política, sob a lógica do argumento da “autocratização desde o interior da democracia”. Lührmann e Lindberg lançam mão desta argumentação, que enfatiza processos de declínio, em grandes democracias, não pela via da intervenção abrupta, do

golpe ou ruptura da ordem constitucional, mas via processos formalmente legais, porém capazes de gradualmente fragilizar e mesmo destruir, no devido tempo, as instituições democráticas. Observe-se:

Enquanto os autocratizadores antes da terceira onda tomavam medidas claramente reconhecíveis, como emitir uma nova constituição não-democrática ou dissolver a legislatura, a maioria dos autocratizadores contemporâneos não altera as regras formais. Assim, também o modo como os incumbentes minam a democracia tornou-se mais informal e clandestina (LÜHRMANN & LINDBERG, p. 14, 2019)

Sem dúvida, o argumento tem alto poder explicativo e pode descrever apropriadamente processos de declínio democrático. Países como Venezuela, Rússia, Polônia, Turquia, em momentos distintos e em contextos muito diferentes entre si, inequivocamente corresponderam a esta descrição. Não é matéria deste artigo investigar nenhum desses processos. O ponto é observar o risco contido na generalização do próprio argumento. A aplicação genérica da tese (governantes podem minar a democracia de maneira informal e clandestina, sem ferir normas legais), em democracias bem estabelecidas, abre espaço para que (no limite) qualquer atitude, política pública ou jogo retórico feito por um governante possa ser apontado como uma ameaça à democracia. Steven Levitsky, autor de *How Democracies Die*, apontou o presidente Trump como um fator de risco para a democracia americana<sup>12</sup> pelo seu “incentivo à violência”, durante a campanha; por dizer, em um debate de campanha, que iria pedir, caso eleito, a investigação do caso dos emails da ex-Secretária de Estado Hillary Clinton por parte de um promotor especial; e por sugerir, via redes sociais, que se deveria mudar as leis de difamação, relativamente a textos e matérias publicadas pela mídia. Em sequência, comparou Trump com o ditador peruano Alberto Fujimori, e a polarização da política americana atual com o contexto chileno do início dos anos 70, que levou ao golpe militar e à sangrenta ditadura do general Augusto Pinochet.

De um lado, temos um caso relativamente comum de falácia impressionista. Episódios esparsos e controversos, em regra fora de contexto, são pinçados da realidade e apresentados como prova empírica favorecendo certa posição política. Alguém

---

<sup>12</sup> <https://www.latimes.com/politics/la-na-pol-trump-democracy-levitsky-20180206-story.html>

representando a posição inversa poderia, com facilidade, fazer a mesma coisa. A subjetivação surge ainda mais clara no uso das comparações. Fujimori fechou o Congresso Peruano, em 1992, com tanques na rua, interviu no poder judiciário e prendeu líderes de oposição. Algo evidentemente distante da tese do deslizamento democrático no interior das próprias instituições democráticas, sugerida pelo próprio Levitsky<sup>13</sup>. A comparação contradiz o elemento mais essencial de seu próprio argumento, à parte desconsiderar o envolvimento direto de Fujimori com o crime organizado e um sistema altamente sofisticado de corrupção de Estado, amplamente documentado.

John Rawls observou que a modulação de um acordo político, em nossas sociedades democráticas, marcadas pela coexistência de visões morais e políticas de natureza abrangente (e como tal irreconciliáveis, no plano ético-filosófico), exigia que se aplicasse à própria filosofia o princípio da tolerância. Seria preciso admitir a legitimidade de visões éticas abrangentes, em uma sociedade democrática, ainda que incompatíveis entre si. Incompatíveis sob o ângulo estético, da crença religiosa e da fundamentação ética. A pergunta a ser feita é: o modelo analítico acima exemplificado não caminha exatamente na direção contrária da sugerida por Rawls? O caminho em que o divergente é tratado como externo ao arco de posições admissíveis na democracia, e portanto apresentando um problema de legitimidade. É nesta direção que parece se situar a retórica que associa, do modo difuso, a emergência do conservadorismo contemporâneo com o declínio democrático, esquecendo-se que, em grande medida, a expressão de ideias conservadoras é, ela mesma, um resultado da democracia e o produto do exercício do direito à escolha política, por parte dos cidadãos.

Um mesmo tipo de imprecisão e subjetividade analítica se observa na leitura do relatório anual da Freedom House, *Freedom in the World 2019*<sup>14</sup>. Refiro-me aqui especificamente ao tratamento dado ao Brasil, no relatório. O documento indica um declínio na democracia global pelo 13º ano consecutivo. Em 2018, 68 países teriam regredido, no indicador (contra 71, em 2017), incluindo-se aí o Brasil. A justificação para

---

<sup>13</sup> Em sua expressão, “não há tanques na rua. A constituição e outras instituições nominalmente democráticas continuam no lugar. As pessoas ainda votam. Os autocratas eleitos mantêm uma aparência de democracia enquanto evisceram a sua essência” (Levitsky, 2018, p. 5). É evidente que nada disso ocorreu no Peru de Alberto Fujimori. Comparar aquele processo de violenta e explícita ruptura constitucional com a situação americana atual é não apenas um erro na interpretação histórica, mas também um alerta do quanto o viés político pode fazer mal à compreensão da política.

<sup>14</sup> <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019/democracy-in-retreat>

o declínio identificado no caso brasileiro diz “O Brasil é uma democracia que realiza eleições competitivas e é caracterizada por um vibrante debate público. No entanto, jornalistas independentes e ativistas da sociedade civil correm o risco de assédio e ataque violento, e o governo provou ser incapaz de conter uma taxa crescente de homicídios ou enfrentar a violência desproporcional contra a exclusão econômica de minorias. A corrupção é endêmica nos níveis mais altos, contribuindo para a desilusão com os partidos políticos tradicionais”<sup>15</sup>.

O Monitor da Violência 2018<sup>16</sup>, relatório anual sobre a violência, no Brasil, fruto de uma parceria entre o Núcleo de Estudos sobre a Violência, da Universidade de São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o G1, portal de notícias da Rede Globo, registra um recuo de 13% do número de mortes violentas no País, entre 2017 e 2018. Foram 51.589 mortes, em 2018, contra 59.128 no ano anterior. Trata-se da maior queda registrada na série história de crimes violentos, desde 2007. Como seria possível que uma “taxa crescente de homicídios” fosse utilizada como indicador de declínio da democracia, em 2018?

Este poderia ser apenas um caso. Mas não é. Segundo o relatório anual da ONG Repórteres sem Fronteiras <sup>17</sup>, foram registradas 80 mortes de jornalistas, ao redor do mundo. Nenhuma morte registrada no Brasil. O relatório também identifica 408 jornalistas detidos ou reféns, em nível global. Nenhum registro no Brasil. De que modo o “risco de assédio e ataque violento”, pode ser caracterizado como um indicador do declínio da democracia, no País, em 2018?

Sobre a corrupção endêmica, o País passou, ao menos desde 2005, por sucessivos escândalos de corrupção sistêmica, nos conhecidos casos do *Mensalão*, *Petrolão* e nos processos investigados pela operação Lava-Jato. O País eliminou o financiamento empresarial de campanhas, por decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2015, e vem produzindo um amplo processo de investigação de crimes contra o patrimônio público, envolvendo precisamente os “níveis mais altos” do mundo político (incluindo-se as prisões do Ex-Presidente Lula da Silva e do Ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha). Por certo não isentas de controvérsia e geradoras de tensões, no mundo

---

<sup>15</sup> <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/brazil>

<sup>16</sup> <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortes-violentas-no-brasil/>

<sup>17</sup> [https://rsf.org/sites/default/files/rsf\\_2018\\_pt.pdf](https://rsf.org/sites/default/files/rsf_2018_pt.pdf)

político, as investigações e condenações em curso, bem como o amplo processo de renovação política, registrado nas eleições de outubro de 2018<sup>18</sup>, deveriam ser tomadas como uma demonstração de fragilidade ou força da democracia brasileira?

Novamente, o argumento impressionista ou falácia *cherry picking*. Ela foi bem definida por Gary Klass, estatístico da Illinois State University, como a “seleção enviesada de indicadores sociais para apoiar ideias preconcebidas”. Na visão de Klass, se trata de um fenômeno crescentemente comum, do debate público, diante da expansão das “alternativas de indicadores sociais e séries temporais que permitem ao pesquisador escolher pontos de início e fim para comparação” (Klass, 2008). Desse modo, é possível dizer que o Congresso Americano é incapaz de monitorar adequadamente e se contrapor ao executivo federal, até as eleições intermediárias, de 2018, quando os democratas obtiveram maioria na Câmara dos Deputados, ou que há grupos nazifascistas agredindo minorias, no Brasil, até se descobrir que eram falsas as acusações de que uma suástica havia sido marcada no corpo de uma jovem estudante, no sul do Brasil<sup>19</sup>.

Em ambos casos analisados, percebe-se o quanto demonstrações formalmente elegantes podem se revelar, ao final do dia, como exemplos do que se poderia chamar de “evidências de pés-de-barro”. Quando se observa um pouco além da esteticidade gráfica, percebe-se que a base empírica utilizada vem contaminada por um amálgama de juízos de valor, segundo um viés político bem determinado. Isto apenas nos sugere cuidado. O cuidado de fazer as perguntas incômodas e retomar a velha lição weberiana sobre a exigência de neutralidade axiológica que envolve o trabalho da ciências, e em particular a pesquisa em ciências sociais<sup>20</sup>. Caso contrário chegaremos à conclusão de que ao menos parte relevante das ciências políticas tende a acompanhar os movimentos de opinião característicos do senso comum. O relatório *The Democracy Project*<sup>21</sup>, concluiu que a percepção de risco democrático, nos Estados Unidos, varia fortemente segundo as

---

<sup>18</sup> Os índices de renovação na Câmara dos Deputados e do Senado Federal foram, respectivamente, de 52,5% e 85%, os mais altos registrados nas últimas duas décadas, no Brasil.

<sup>19</sup> Caso amplamente explorado na campanha presidencial brasileira de 2018. A jovem foi posteriormente indiciada pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul por falsa comunicação de crime. Isoladamente, trata-se de um fato sem maior relevância, e é exatamente disso que trata a *cherry picking fallacy*: a reunião de episódios, por vezes controversos, por vezes retirados de contexto, por vezes relevantes (ainda que não suficientes para produzir o nexos causal desejado) de modo a sustentar um argumento politicamente orientado.

<sup>20</sup> Weber em “A Ciência como Vocação”.

<sup>21</sup> [https://www.democracyprojectreport.org/sites/default/files/2018-06/FINAL\\_POLL\\_REPORT\\_Democracy\\_Project\\_2018\\_v5.pdf](https://www.democracyprojectreport.org/sites/default/files/2018-06/FINAL_POLL_REPORT_Democracy_Project_2018_v5.pdf)

inclinações partidárias dos cidadãos. 57% de autodefinidos democratas concorda que Estados Unidos correm o risco real de se tornar um país autoritário. Pela mesma margem, a maioria dos republicanos diz não concordar com este risco. Pesquisa do Pew Research Center chegou a resultado similar: 72% de republicanos e simpatizantes dizem que a democracia está funcionando bem nos EUA, contra apenas 48% de democratas e simpatizantes<sup>22</sup>.

A análise política não deveria funcionar desta maneira, e talvez a filosofia tenha um contribuição a oferecer, neste terreno. Seu papel é precisamente o de perguntar sobre os fundamentos, identificar o argumento falho, olhar um pouco além da evidência empírica e ajudar as ciências sociais a pensar à distância segura das inclinações de natureza política ou cultural que povoam, legitimamente, nossas democracias.

### *A democracia na era digital*

Na expressão do Professor Martin Hilbert, da Universidade da Califórnia, a democracia representativa não estava preparada para a era digital. “Os representantes hoje podem ter acesso a tudo o que os cidadãos fazem, e os cidadãos podem ditar a vida dos representantes”. É difícil mensurar a extensão destes fenômenos. O ponto é que se rompeu o estado de coisas em que uma elite de atores políticos, grupos organizados de pressão e intelectuais públicos comandavam a cena pública.

Iascha Mounk referiu-se ao fenômeno, observando ter “diminuído dramaticamente a distância entre *insiders* e *outsiders* no mundo da política” (Mounk, 2018, p.148). Isto aconteceu, em boa medida, uma vez que a revolução tecnológica reduziu sensivelmente o custo da informação e do ativismo político. Em uma medida relevante, as tradicionais instituições da democracia liberal, partidos, parlamento, sindicatos e a mídia tradicional, perderam a primazia da representação política e seu papel de mediação e filtro da opinião pública.

Isto tudo é perfeitamente positivo para a democracia. Um número espantoso de pessoas entrou no jogo. No Brasil de 2019, estima-se que algo próximo a 15% do

---

<sup>22</sup> file:///Users/fernandoschuler/Downloads/4-26-2018-Democracy-release-1.pdf

eleitorado participe de modo ativo do debate público, opinando e compartilhando informação nas redes sociais.

Trata-se de uma tendência claramente identificada pelo The Economist Intelligence Unit's Democracy Index. O relatório, em sua edição de 2018, registra uma tendência de estabilização do estado da democracia global. O que chama a atenção, no entanto, é um processo contínuo, ao menos desde o início da segunda década do século XXI, de crescimento dos indicadores de participação política<sup>23</sup>. Manuel Castells identificou o mesmo fenômeno, em seu *Redes de Indignação e Esperança*, de 2013. Movimentos de rua, redes organizadas a partir da internet, não raro ao estilo *flash mob*, proliferação de partidos e organizações civis e, em especial, a incorporação de uma quantidade inédita, ainda que difícil de quantificar, no universo da opinião e do engajamento político.

Há um processo em curso de fragmentação do poder e de afirmação da igualdade, no universo da participação política. Moisés Naim definiu isto de modo original, sob o conceito do fim do poder. O fenômeno, de modo geral, é similar ao diagnosticado por Fukuyama em seu *Political Order and Political Decay*: o crescimento da classe média global, o aumento dos indicadores de escolaridade, a disposição abundante de informação e a emergência dos chamados valores “pós-materiais” como pauta central da democracia. O mal estar da democracia, em nosso tempo, tem a marca deste processo realinhamento de forças. Ele provém do excesso, da presença desordenada de novos atores, da multiplicidade das questões em jogo, do ruído que a democracia na era da abundância provoca.

Se as pessoas podem atuar diretamente na cena pública, elas não restringirão sua intervenção aos temas propriamente políticos, associados à alta gestão pública ou política macroeconômica. Elas farão emergir na esfera pública os temas do *common sense*. Temas sobre os quais há pouco ou nenhum consenso possível, nas grandes sociedades abertas. Questões da vida, do cotidiano, das opções éticas e estéticas, da paixão religiosa ou ideológica, que fluem para a esfera pública sem o filtro ou o tempo que é próprio das instituições. Em boa medida, é neste espaço que floresce a temática identitária. Fukuyama bem observou que “as mídias sociais são o ambiente perfeito para as políticas de

---

<sup>23</sup> <https://www.economist.com/graphic-detail/2019/01/08/the-retreat-of-global-democracy-stopped-in-2018>

identidade”. A ordem de assuntos e prioridades que estava na cabeça das pessoas era, afinal de contas, distinta dos temas racionais em exame por parte das instituições bem estabelecidas da democracia liberal. Daí o divórcio. O reiterado estranhamento entre as instituições e o cidadão comum. A diferença de linguagem, a retórica fora do lugar.

Na clássica formulação de Anthony Downs, a democracia é marcada por uma fratura informacional, dada pelo alto custo da informação para o cidadão comum. Seu custo é alto por uma razão bastante simples: os cidadãos, individualmente, não tem efetivamente poder nenhum da tomada de decisão política. Sua capacidade de decidir uma eleição, por exemplo, é virtualmente nula. Neste quadro, não faz muito sentido buscar informação e agir com responsabilidade, na tomada de posição pública. Isto é diferente quando ele precisa escolher a escola para os filhos e agir como um consumidor, no mercado, contexto no qual cada um é soberano para decidir e terminará por arcar com o ônus de uma má escolha. Na esfera política, ao contrário, torna-se racional a atitude do alienado, o mesmo valendo para a figura alto grotesca do ativista apaixonado, cuja postura traduz um tipo paradoxal de alienação estridente.

O acesso abundante à informação, propiciado pela revolução digital, não altera este postulado fundamental. Temos informação quase infinita e mais capacidade para agir, mas o sistema de incentivos da democracia prossegue essencialmente inalterado. A velha ideia de Mill, em *Considerações sobre o Governo Representativo*, segundo a qual seria possível educar o cidadão caso “as circunstâncias lhe possibilitassem dispor de uma dose considerável de responsabilidade pública”, se mostrou quando muito, uma meia verdade. A democracia digital, ao reduzir o custo associado à participação política, fundamentalmente ofereceu projeção e influência ao cidadão, sem criar os incentivos para que ele aja com mais responsabilidade do que o fez até então.

O resultado é um tanto distinto do percebido por Bobbio, nos anos 80, quando incluiu a educação dos eleitores como uma das “promessas não cumpridas da democracia” (Bobbio, 2009). Seu diagnóstico estava correto: não havia sinais de que a democracia havia efetivamente transformado o eleitor em algum tipo razoável e reflexivo, um tomador de decisões racional à imagem do Vulcan, de Jason Brennan<sup>24</sup>. Bobbio se equivocou apenas na derivada do argumento. A persistência da alienação não se deu pelo

---

<sup>24</sup> Brennan, em *Against Democracy*, definiu o Vulcan como aquele que dispõe de muito informação e pouca, ou nenhuma, emoção, e é capaz de agir com racionalidade, na esfera pública.

crescimento da apatia ou do voto de clientela, mas pelo engajamento febril. Pela vociferação apaixonada nas redes sociais, que funciona como o pão de cada dia de nossas democracias instáveis.

Surge aqui a grande distorção. O ecossistema criado pela revolução tecnológica não faz emergir, no espaço público, uma representação relativamente uniforme dos cidadãos. Ele favorece não apenas um certo espectro de atores, na cena pública, mas também um certo modo de conduzir a ação política. Vale aqui observar os dados recentemente divulgados pelo The Hidden Tribes Project<sup>25</sup>. A pesquisa mostra que, entre os cidadãos simpáticos ao Partido Democrata, 53% definem-se como politicamente moderados ou conservadores, contra apenas 29% dos democratas que costumam postar conteúdos em redes sociais e são ativos na internet. Entre os democratas ativos na internet, 28% declararam ter participado de algum tipo de protesto, no ano passado, contra apenas 7% dos democratas em geral.

O resultado geral da pesquisa indica que o nível de consenso, na base da sociedade americana, é significativamente maior do que habitualmente sugerem os argumentos em torno da “democracia polarizada”, na época atual. É um erro elementar confundir o que se passa no ambiente tóxico das mídias sociais com o sentimento mais amplo e difuso da sociedade. Isto pode ter levado, por exemplo, a campanha presidencial de Hillary Clinton, em 2016, à ênfase exagerada nos temas identitários, conforme a crítica formulada por Mark Lilla<sup>26</sup>. Em boa medida, a capacidade de compreender e expressar demandas deste espectro mais amplo da sociedade, que a pesquisa apropriadamente chama de *maioria escondida*, pode explicar o sucesso de líderes populistas, em nossas democracias. Analisar este fenômeno vai além dos limites do presente ensaio.

Há, efetivamente, um novo ator na democracia. A minoria volátil e barulhenta que protagoniza o debate público, nos meios digitais. Trata-se de um fenômeno novo e de dimensões ainda pouco conhecidas. Algumas indicações são possíveis. Trata-se de um ecossistema de baixa empática, como bem identificou a neurocientista inglesa Susan Greenfield<sup>27</sup>. A democracia nasceu sob a ideia do diálogo travado no espaço da comunidade. Espaço do encontro, da fala e do argumento. No meio digital, travamos

---

<sup>25</sup> [https://hiddentribes.us/pdf/hidden\\_tribes\\_report.pdf](https://hiddentribes.us/pdf/hidden_tribes_report.pdf)

<sup>26</sup> Tema de seu *Once and a Future Liberal* (2017) e, de modo resumido, de seu artigo no *The New York Times*, *The End of Identity Liberalism*, em nov/2016.

<sup>27</sup> Greenfield desenvolveu o tema em *Mind Change* (2015).

combate com quem não conhecemos, não vemos o rosto ou escutamos a voz. Nossa posição tende a ser, a cada momento, a do jogador que escolhe em situação de incerteza. Ele tende à opção conservadora, marcada pela baixa propensão a confiar e esperar algum tipo de diálogo cooperativo.

À baixa empatia soma-se a imediaticidade. Com a perda do papel de filtro e mediação, por parte das instituições, o ambiente político é conduzido sob a lógica da reação instintiva e emocional. *O que é golden shower?* foi o tweet que mais gerou engajamento digital, por parte do atual Presidente Brasileiro, em seus primeiros 100 dias de governo. O sistema 1, de Daniel Kahnemann, parece estar no comando. A democracia perde muito de seu elemento reflexivo.

Associado a este fenômeno, ganha escala e interesse o impacto da informação irrelevante sobre a tomada de decisão democrática. A presença de informação irrelevante aumenta a probabilidade de erro e custos de tempo, em processos de decisão, levando a escolhas subótimas (Chadd, Ozbay & Ozbay, 2018). Fake News são um tipo de informação irrelevante, mas estão longe de resumir todo o problema. Dispersão, perda de tempo, atenção a temas laterais e folclóricos, exasperação vazia, são fatores por vezes difíceis de identificar e reconhecer, no cotidiano do debate público. Eles alimentam o ecossistema de baixo consenso e instabilidade crônica que parece marcar a democracia contemporânea.

É ainda muito cedo para dizer o que isto significará, para o futuro do sistema democrático. É evidente o ganho relativo à capacidade de expressão e liberdade de agir, encontrar e influenciar pessoas, produzir barulho e pressão política, no ecossistema digital. A governabilidade das instituições democráticas, sua condição para produzir consensos, bem como a capacidade dos governos de produzirem resultados à altura das expectativas alimentadas pelo sistema, no entanto, parecem ter recuado, nestes anos. Na expressão bem humorada de Andrew Rawnsley, “a democracia se tornou mais venenosa, ainda que mais desdentada”. Daí a democracia. A instabilidade e a permanente sensação de fragilidade institucional parecem se tornar o seu novo normal. Yascha Mounk acerta quando diz que “no curto prazo – isto significando para o resto de nossas vidas – (a internet, as redes sociais) irão fazer do mundo um lugar mais caótico”. (Mounk, 2019, p. 149).

Soa precipitado e um tanto gratuito dizer que a democracia vive sua grande crise. A história sinuosa dos últimos dois ou três séculos, e o espetacular avanço democrático que assistimos, em escala global, a partir dos anos 80, nos sugere que andamos apenas em meio a uma fase de ajuste do mundo social aos efeitos disruptivos que a revolução tecnológica produziu na democracia. Mais razoável é pensar que a consciência do mal estar da democracia conduzirá nossas sociedades abertas a criar, gradativamente, os remédios exigidos para que suas instituições sejam preservadas e adaptadas aos novos tempos.

Há um par de décadas, esta tem sido a matéria de reflexão e experimentação empírica do professor James Fishkin, da Stanford University. Fishkin desenvolve um modelo que se enquadra perfeitamente a esta ideia de que as sociedades democráticas dispõem da capacidade de encontrar modos de cura a seus próprios males, mesmo que tudo permaneça opaco e confuso durante um longo tempo. O modelo desenvolvido por Fishkin diz respeito à ideia da democracia deliberativa. Seu foco é

ao invés de tomar as preferências como dadas, do jeito que elas vierem a se manifestar, o propósito da democracia deliberativa é observar de que maneira nossas visões sobre o que deve ser feito podem amadurecer sob condições em que razões baseadas em evidências e argumentos podem ser mais consequentes. Em que argumentos possam ser apresentados e respondidos e tentativas de enganar e manipular tenham menos efeito (Fishkin, 2018, p. 03).

A democracia deliberativa funcionaria como uma terceira via, para além da cisão contemporânea entre o populismo e a tecnocracia. Ela confronta os males da democracia digital, e sob certo aspecto há muito conhecidos a partir da teoria da escolha pública. Ao invés do político profissional, o homem comum. Confronta-se os problemas de agência e reduz-se o impacto da assimetria de informação. O debate público substitui a imediatividade pelo incentivo à reflexão e à ponderação. O encontro face à face recompõe um sentido de comunidade, e o menor número, o senso de que cada um pode desempenhar um papel relevante e fazer a diferença servem como contraveneno ao fenômeno da alienação racional.

O modelo, de um modo geral, termina por funcionar como um tipo mais sofisticado e viável de epistocracia. Mais sofisticado, visto não confiar simplesmente na

ideia de que algum critério formal de educação ou expertise política possa determinar melhores escolhas; Viável visto que não pretende substituir o mecanismo democrático tradicional, mas servir com seu complemento, como um tipo de bússola para a escolha pública. Afora isto, um modelo já amplamente testado, no mundo real da política, com resultados promissores.

É provável que não exista uma grande saída para o mal estar da democracia atual, mas um conjunto de ajustes que já se anunciam. O recurso à democracia deliberativa é um deles. A aposta redobrada nas instituições, a confrontação da informação irresponsável, com as agências de *fact-checking*, a expansão dos espaços de auto-regulação, em boa medida alavancados pela experiência multifacetada da *sharing economy*, a afirmação de organismos internacionais, como a OCDE, e a fixação de parâmetros de governança que crescentemente transcendem os espaços nacionais e a deliberação pública. A expansão lenta, porém segura, da sociedade de direitos, bem exemplificada na ampliação dos direitos da comunidade LGBT e da presença feminina no mundo político. Os caminhos se abrem em múltiplas direções. A filosofia política e as ciências políticas poderiam contribuir, de algum modo, agindo com alguma frieza e senso de proporção, em uma época de intranquilidade.

#### *Referências bibliográficas*

Anna Lührmann & Staffan I. Lindberg (2019): A third wave of autocratization is here: what is new about it?, *Democratization*, DOI: 10.1080/13510347.2019.1582029

Anna Lührmann, Valeriya Mechkova, Sirianne Dahlum, Laura Maxwell, Moa Olin, Constanza Sanhueza Petrarca, Rachel Sigman, Matthew C. Wilson & Staffan I. Lindberg. *State of the world 2017: autocratization and exclusion? Democratization*, Vol. 25, 2018, Issue 8.

Bobbio, Norberto. *O Futuro da Democracia*. Ed. Paz & Terra, 2009.

Brennan, Jason. *Against Democracy*. Princeton University Press, 2016.

Chadd, Ian; Filiz-Ozby, Emel; Ozby, Erkut Y. *The Relevance of Irrelevant Information*, May 25, 2018

Downs, Anthony. *An economic theory of democracy*. Pearson, 1997.

- Fischkin, James. Democracy when people are thinking. Oxford University Press, 2018.
- Fukuyama, Francis. Political Order and Political Decay. Profiles Book, 2015.
- Greenfield, Susan. Mind Changes. Random House, New York, 2015.
- Iascha, Mounk. The People vs. Democracy, Harvard University Press, 2018.
- HORTON, S. (1996), 'The CivH service,' FARNHAM, D. i HORTON S. (eds.), Managing the New Public Services (London: Macmillan, Second Edition).
- Klass, Gary. Just Plain Data Analysis: Common Statistical Fallacies in Analyses of Social Indicator Data. Statlit.org 2008.
- Levitsky, Steven & Zibblat, Daniel. How Democracies Die. Broadway Books, New York, 2018.
- Pinker, Steven. Enlightenment Now. Viking, 2018.
- Runciman, David. How Democracy Ends. Basic Books, 2018.
- Sclove, Richard. Democracy and Technology. The Guilford Press, 1995.